

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*).

---

SANSOM (George B.). — **A History of Japan to 1334**, Stanford University Press, Stanford, Califórnia, 1958, 500 págs., US\$ 8.50.

Mais do que nunca, julgamos necessário fixar aqui os limites de uma resenha. Certamente, escrever acêrca de obras relativas à história extremo-oriental, compostas por especialistas do estofa de G. Sansom, pressupõe uma base de conhecimentos que o nosso meio, a despeito do indiscutível alargamento de horizontes dos últimos tempos, não está em condições de proporcionar. Diante disto, contudo, quer-nos parecer que uma atitude, ao menos, não seria admissível: a de voltarmos as costas a um setor tão importante pelos seus incomparáveis valores culturais e pelo imenso papel que lhe cabe no mundo moderno; equívaleria isto a afetar uma ignorância falsamente justificada pelo pretexto da inacessibilidade praticamente total das fontes originais. Bem ao contrário, pensamos ser conveniente integrá-lo na esfera de nossas cogitações, dentro dos limites impostos por uma situação desvantajosa, sem dúvida, mas nem por isso própria a explicar um comportamento comparável ao do lendário avestruz, escondendo a cabeça na areia para fugir ao mundo ambiente. Talvez seja interessante lembrarmos, por outro lado, a existência de outros campos, bem mais acessíveis, bem próximos, até, mas cuja penetração se revela, por vêzes, quase tão difícil quanto a daquela longínqua esfera. Modestia e uma sadia prudência, é claro, são requisitos essenciais ao encetar-se qualquer espécie de trabalho intelectual e com maior razão, para qualquer tentativa de abordar-se a história extremo-oriental; tenha-se sempre em vista, porém, a necessidade inelutável de inclusão da Ásia no nosso horizonte histórico, para o que é indispensável o conhecimento de suas grandes civilizações. A êste propósito, recordemos que o Prof. Jean Gagé, quando de seu primeiro ano entre nós (1938), já julgou de utilidade ministrar um curso sôbre o Extremo-Oriente e o Pacífico, em cuja introdução deixou bem claras a significação do assunto e as inevitáveis restrições impostas pelo mesmo. Dentro dêste espírito, assim, enquadra-se o nosso breve comentário ao volume de G. Sansom. Apresentar o autor parece-nos quase supérfluo, tão conhecido é êle, desde a divulgação de seu **Japan: a short cultural history** (1931). Acrescentemos apenas o juízo a seu respeito expendido por um dos respeitáveis expoentes da intelectualidade japonesa, D. T. Suzuki, para o qual Sansom se inclui entre os melhores conhecedores do Japão, denotando sempre isenção de preconceitos e grande capacidade de compreensão dos diversos aspectos da vida nipônica, de sua cultura, de seu espírito (cf. **Zen und die Kultur Japans**, Rowohlt, 1958, pág. 7). Sua **History of Japan**, ora nos interessando, está programada para 3 volumes a se publicarem até 1961; o primeiro dêles, estendendo-se das origens às decorrências das invasões mongólicas, inaugura a série **Stanford studies in the civili-**

---

(\*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente resenha bibliográfica (*Nota da Redação*).

**zations of Eastern Asia.** Dirige-se ela a um público amplo e não tem pretensões interpretativas, pois estas corresponderiam a uma tarefa de visionário, segundo as palavras do prefácio. O Autor, aliás, manifesta suas desconfianças acêrca das “filosofias da História recentemente aparecidas; cabe-lhes proporcionar por vêzes, sem dúvida, agradáveis leituras, mas nelas não encontrará um guia seguro o historiador empenhado em descrever uma cultura à qual não pertence e com a qual seus leitores — exceto os especialistas — não estão familiarizados”. Temos à nosso frente, portanto, um trabalho narrativo, composto com visível carinho e apoiado escrupulosamente em fontes japonesas. Agrada-nos sobremaneira o recurso a obras literárias e a diversos diários de personalidades marcantes, contemporâneas ou participantes de episódios decisivos, tal o caso de Kanezane, através de cujas anotações seguimos os dramáticos dias do levante de Yorimasa contra Kiyomori, em junho de 1180. O cuidado com que as diversas fases do desenvolvimento religioso, especialmente, se entrosam no processo social, político e econômico, evidencia a intimidade do Autor com a história cultural; assim sendo, o que se nos apresenta transcendente de muito os quadros rígidos de uma exposição de história política, e o simples título de alguns capítulos (**The impact of chinese culture, Reaction against chinese influence, The rule of taste**) denuncia um quadro bem mais amplo do que nos sugerem as discretas palavras do prefácio. A parte consagrada ao período Heian cativa-nos pelo equilíbrio, sobriedade e dignidade do estilo com que é examinado um dos mais fascinantes momentos, não só da história do Japão, mas da história, em geral. O senso estético, a finura, o amor pela natureza, características de tôda a cultura nipônica, põem-se em destaque num sem-número de passagens ao longo do volume, é verdade, mas encontram aqui sua mais pura expressão, revelando-nos em Sansom inegáveis qualidades de excelente literato. Somos tentados, até a suspeitar ter o amor à beleza desempenhado importante papel na sua decisão de se entregar ao estudo do país talvez melhor aquinhado neste setor. Sômente recorrendo à Grécia encontraremos um paralelo ao Japão, e o Autor recorre aos gregos, não só para dar uma idéia da medida do padrão estético japonês, mas também para fixar dois critérios de beleza, dominantes no Ocidente e no Oriente. Aproveitamos a oportunidade, aqui, para transcrever a passagem referida, mediante o que se dará também um exemplo do estilo de Sansom; ei-la: **“There is one aspect of the love of beauty which is not usually considered, and that is its bearing upon the intellectual history of the japanese people up to the end of the middle ages. Can it be said of them that before all else they were lovers of the beautiful? This has often been said of the Greeks, but on the other side a distinguished classical scholar, H. J. Garrod, while not challenging the power with which the Greeks developed and illustrated a specially Greek conception of the beautiful, has argued that this conception has influenced the modern world far less than we pretend, and that our real debt to Greece is elsewhere. He thinks that what makes the Greeks a race apart is the logicity and honesty of their minds. “They like what is rational, like to get**

to the bottom of things. It is much easier to love the beautiful than to love the true and the sensible. The Greeks did both”.

“It is very doubtful whether this could be said of the Japanese as a people at any time before the modern age. Everything in their early history points to love of beauty, little or nothing to exceptional logicity and honesty. On the other hand, there seems to be a warmth and depth in their love of beauty which qualifies them as a race apart, or at least distinguishes them from the Greeks, as the features of a Buddhist image expressing love and mercy differ from the cold marble countenances of an Apollo or an Artemis” (págs. 194-195).

As comparações com o mundo ocidental são freqüentes, embora discretas e denotando uma compreensível prudência. Além do mundo clássico (cf. págs. 23, 26, 27, 195, 437, etc.), a Europa ocidental é invocada (cf. págs. 35, 49, 110, 113, 206, 360, 368, etc.), sempre facilitando ao leitor a penetração no processo histórico nipônico. Por outro lado, êste último não deixa de ser visto no conjunto do complexo asiático, frisando-se constantemente a importância da China, como verdadeiro reservatório cultural, e da Coréia, funcionando como região intermediária. Tais ligações são vitais para a compreensão da história japonesa, não só em determinados momentos, mas em todo seu curso, pois talvez nunca, em tôda a história tenha havido um povo tão consciente do que lhe faltava, material e espiritualmente, tão ávido de receber, ou tão capaz de fazer uso de elementos importados, conforme as palavras de L. Warner (*The enduring Art of Japan*, pág. 5), plenamente confirmadas na obra de Sansom. E na maneira tôda especial de ajustar o estrangeiro à sua própria índole, de molde a transformá-lo em algo de indiscutivelmente japonês, temos justamente uma característica marcante, possivelmente o traço mais distintivo de tôda a história nipônica. É o que se vê, por exemplo, no campo político, com as acentuadas influências de teorias chinesas, e dando margem, não obstante, ao aparecimento de inconfundíveis traços japoneses. A integração do país num complexo histórico amplo, assim, é posta em destaque sem prejuízo dos contornos de autonomia cultural do Japão enquanto isto, as comparações com o mundo clássico ou ocidental sugerem uma harmonização do caso japonês com o conjunto da história da humanidade. Uma passagem, aqui, chama-nos a atenção: tratando do significado da tradição pagã no sentimento de comunhão com a natureza entre os japoneses, o Autor vai buscar apóio numa poesia de Coleridge que, por sua vez, é uma adaptação de uma poesia de Schiller... Chegamos, portanto, a um fundo comum, em que desaparecem as diferenças de forma entre Oriente e Ocidente, em favor de uma imagem humana de valor universal. E, curiosamente, vamos encontrar, corroborando Sansom, uma conclusão bem semelhante à sua, num testemunho de categoria bem diversa, é fato, mas de real importância, se o encararmos pura e simplesmente como um documento humano: a auto-biografia da japonesa Etsu Inagaki Sugimoto que, indo viver nos Estados Unidos em fins do século passado, surpreendeu-se, após algum tempo, ao verificar que, no fim de contas, não mais distinguia nitidamente entre japoneses e norte-americanos. In-

sistimos neste ponto, para deixar claro o quanto há de artificial na crença da “impenetrabilidade” do Japão por parte dos Ocidentais, e de inconveniente na insistência em preconceitos dos quais bem poucas vantagens poderão advir. Em tudo isto, aliás, não saímos do âmbito de nossa resenha, porquanto a repulsa ao preconceito é expressamente abordada pelo Autor, como se vê à pág. 233.

É claro que não nos passa pela mente a idéia de fazer críticas a um livro como este. Quando muito, podemos externar o desejo de ter encontrado alguns mapas além dos poucos incluídos no volume, e um apêndice a respeito da historiografia ocidental relativa ao Japão. Isto, pensamos nós, ajudaria a compreensão do assunto, tanto mais quanto há uma nota bibliográfica para a historiografia propriamente japonesa. Em compensação, fazemos questão de acentuar: dificilmente seria possível compor-se um trabalho deste gênero cuja leitura nos proporcionasse maior prazer. Assim é que aguardamos com certa ansiedade os volumes subsequentes e sublinhamos o interesse de sua tradução para o português.

#### PEDRO MOACYR CAMPOS

\*

\* \*

THOMAS (Alfred Barnaby). — **Latin America. A History.** The Macmillan Company. New York, 1956 (1a. edição). 801 páginas.

Obra com quatro grandes divisões e vinte e nove capítulos, sete mapas elucidativos, bibliografia e um índice de nomes.

Trata-se de uma obra de visão panorâmica da história da América Latina desde o descobrimento até o ano de 1956. Na primeira parte intitulada: **Colonial Latin America**, com 11 capítulos, primeiramente há um estudo das culturas indígenas da América no período do descobrimento, uma visão da Europa, um estudo da conquista, colonização e da organização social político-econômica das colônias, uma rápida análise do Império Espanhol e um estudo do Brasil colonial no período de 1580 a 1808.

Na segunda parte intitulada: **The Wars For Independence**, com 3 capítulos há uma rápida visão das guerras de independência nos diversos países americanos, que estão agrupados em três grandes conjuntos, **Northern South America**, **Southern South America and Brazil**, **Spanish North America**.

Na terceira parte intitulada: **Modern Latin America**, dividida em quatro seções, **The Atlantic Republics**, **The Pacific Republics**, **The Caribbean Republics**, e **Central America**, com 14 capítulos, todos os países latino-americanos são estudados no seu desenrolar histórico a partir das independências até o ano de 1956.

Finalmente, na quarta parte intitulada: **Inter-American Affairs**, há um estudo das relações internacionais entre a América Latina e os Estados Unidos e das nações latino-americanas entre si.

Encerrando a obra há uma bibliografia e um índice de nomes, a bibliografia, dividida de acôrdo com o esquema do trabalho, é uma notável e atualizada coletânea bibliográfica sôbre a História das Américas de conhecimento indispensável para os estudiosos do assunto.

E' um trabalho de visão geral bastante resumido, pois o assunto é amplo demais para ser sintetizado numa só obra, mas graças à grande capacidade metodológica do autor, os princípios básicos da história de cada país são expostos com clareza, ficando o leitor com uma boa visão da história da América Latina em seu conjunto e da história de cada país em particular. A obra foi feita visando a exposição do surgimento das idéias democráticas em tôda a América Latina, e dos problemas que êsses ideais tiveram que enfrentar. Para o autor a História da América Latina caminha para a afirmação do ideal democrático, sendo que a quase totalidade dos países já o estão atingindo. O autor dividiu a história de cada país em duas partes, na primeira parte aparece o país antes do surgimento dos ideais democráticos com as respectivas formas político-econômicas, e a segunda parte é dedicada ao estudo da luta para o estabelecimento da democracia nos países.

E' uma obra interessante que mostra a visão norte-americana do desenvolvimento histórico da América Latina. E' obra para consulta, indicada aos estudantes para o conhecimento dos acontecimentos que marcaram a história dos países latino-americanos.

#### VIVALDO W. F. DAGLIONE

\*

\* \*

CALMON (Pedro). — **História da Casa da Torre**, 2a. edição aumentada, com 18 ilustrações e mapas. Coleção Documentos Brasileiros. Vol. 22. Livraria José Olímpio Editôra. Rio de Janeiro, 1958.

Ao escrever sôbre o povoamento do sertão, Capistrano de Abreu registra, ainda que de passagem, as enormes glebas senhoreadas por Garcia d'Ávila, castelão da Casa da Torre, que "para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requimentos de sesmarias" (J. Capistrano de Abreu, in **Capítulos da História Colonial**). Dos vários grandes potentados daqueles sertões, Garcia d'Ávila sempre se avultou aos olhos do historiador de **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**, como um motivo atraente de mais demorados estudos.

São conhecidas as sábias admoestações que Capistrano sempre enderaçava aos seus amigos estudiosos em tôrno do aproveitamento documental e dos assuntos de maior interêsse, que deviam preocupar os historiadores brasileiros, em detrimento da exclusividade com que se entregavam a análise dos fastos militares e da história administrativa. Assim foi com Paulo Prado, a quem os **Capítulos da História Colonial** haviam seduzido, com Afonso de Taunay, antigo discípulo do mestre, que confessou ter, a seu conselho, desviado seus estudos

para o bandeirismo, legando, por isso, às letras históricas brasileiras um monumento inigualável, com Rodolfo Garcia, que continuou a obra de anotações a Varnhagen e ainda outros, que pelas mãos do grande historiador se destinaram à “devassa” do período colonial, no qual Capistrano era mestre inconcusso. Esses conselhos, prodigalizou-os o grande sabedor, e foi seguindo justamente ao reiterado interesse de Capistrano em agitar a idéia de escrever-se a história da Casa da Torre, que o sr. Pedro Calmon, meio século mais tarde, se atirou a essa empresa.

Após novas pesquisas nos arquivos baianos e portugueses, que cresceram o texto e alteraram algumas passagens, sai agora, em segunda edição ilustrada, a **História da Casa da Torre**. Acreditamos, com o autor, de singular importância, o estudo da comunidade familiar antiga brasileira, principalmente daquelas, que o tronco ancestral comum era composto das primeiras levas de colonos ou fidalgos, para cá aliciados.

Não obstante incipiente, pelas apoucadas contribuições que temos notícia, esse estudo poderá oferecer perspectivas novas para a interpretação histórica da sociedade, como para a compreensão das acomodações alienígenas em face do meio pré-histórico aqui encontrado, sob o ponto de vista antropogeográfico e sociológico. O prof. Gilberto Freyre abriu horizontes largos a esse estudo, entretanto, as monografias que se seguiram aos seus trabalhos são ainda poucas e quase sempre voltadas mais para o interesse genealógico, com evidente prejuízo da compreensão dos fatores que condicionam, invariavelmente, a evolução de uma família no tempo e no espaço. Esta obra do sr. Pedro Calmon, que já possui uma **História Social do Brasil**, em três volumes, “corresponde”, nesse sentido, pelo luxo de pormenores e reconstituições, tão seqüentes e complexas, que nos dificultam até, distinguirmos em alguns capítulos, os limites das habituais digressões do historiador, que nos convidam a uma fluência romanesca, como aquela do **Giant** de Edna Ferber.

Mas, para lembrarmos do interesse, que entre nós vem ganhando essa espécie de estudo histórico, ainda há pouco, o dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, ilustre médico radicado em Campinas, dava a lume exaustivo trabalho sobre um antigo clã, pesquisando uma longa trajetória de vidas consangüíneas em seu trabalho **Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo**, de cuja leitura tiramos inúmeras anotações e proveitos.

Estas obras têm ajudado a que se aproximem os nossos estudiosos de uma “realidade social” brasileira, que sem ser apenas “doméstica”, foi ganhando sempre profundas repercussões **extramurais**, pelo **aspecto comunal**, que a propriedade oferecia no regime latifundiário, à medida que a civilização se encorpava e sofria novos contactos culturais. Lamentamos apenas, e isso também o consignamos em comentário feito ao livro **Casa Grande e Senzala**, em uma de suas primeiras edições, a **ausência** de estudos sobre a **sociedade planáltica** do sul, limitados, infelizmente, a poucos trabalhos, como os de Alfredo Ellis Júnior, Affonso de E. Taunay, Ernâni Silva Bruno, Al-

meida Prado, Tito Lívio Ferreira, para lembrarmos apenas os que fizeram obra mais específica.

Assim, a casa grande do sul ainda não foi vasculhada, como deveria ter sido, na sua **intimidade**, bem como os grandes clãs não foram acompanhados na sua evolução social. Um estudo, nesse sentido, muito mais importante será do que, aparentemente, se possa imaginar. A revisão epistolográfica, as relações familiares, a educação, o trato dos senhores com os empregados, os empreendimentos comerciais, as relações íntimas e sentimentais e mesmo sexuais, poderão dar-nos os estudos, para os grandes painéis sociais, que carecemos, para a noção exata da **civilização brasileira**. Esta, será, sem dúvida, a “história” que aguardamos no tocante aos fatos sulinos. Será uma contramarcha do particular para o geral, do lar para a sociedade.

O sr. Pedro Calmon escreve bem, no sentido enfático de sua sinonímia, e de uma adjetivação, que peca pelo excesso na pena de um historiador. As suas descrições são de um vivo colorido, o autor abusa da grandiloquência. Assim, neste livro, o que êle tem de **histórico** (e é muito indiscutivelmente) perde para o rendilhado da linguagem usada pelo autor. A sua leitura agrada, mas engana, pois o estudioso, que a êle recorrer, ficará em dificuldade diante do emaranhamento de tiradas e descrições, que dando uma imagem literária atraente, darão, não obstante, um recorte científico prejudicado, sem que com isso queiramos divorciar a ciência da literatura, no sentido em que esta pode ser a melhor expressão de transmissão daquela.

Poder-se-á objetar que êsse é o estilo do autor de **História da Literatura Baiana**. De fato, nós que conhecemos a sua obra, convimos ser esta a sua **maneira de ser** historiador. Sem pretendermos resvalar para o outro extremo da severidade de um estilo enxuto, lembraríamos, por outra feita, a linguagem de um Sérgio Buarque de Holanda, evidentemente mais modesta nas proporções literárias, mas bem mais consentânea com a clareza e precisão científicas.

Muitas de suas páginas incidem no perigo de tornarem-se crônicas amenas, pois há passagens, como nos ataques aos flamengos, que o autor deve ter completado com a imaginação na movimentação dos personagens, na descrição das paisagens, nos trajos e atitudes, só faltando o dialogar. E' tal o luxo dessas descrições, que não podemos deixar de acreditar que o historiador conheça **de visu** todos aquêles locais, palmo a palmo.

Como poucos foram os estudiosos da Casa da Torre, em proporções, sendo os próprios documentos da época parcos em informações, enquanto historiadores como Frei Vicente do Salvador se referem apenas de passagem, e o próprio Varnhagem na sua **História Geral** não se demora em estudar a influência do clã de Garcia d'Ávila, o sr. Pedro Calmon recorreu, amiúde, aos “mss” e documentos, numa pesquisa assaz louvável.

A **política de conquista**, que em várias fases norteou a Casa da Torre, numa aspiração latifundiária indisfarçável, adeja em toda a longa existência dos seus senhores. É de longa existência, é aliás, o

primeiro e estranho patriarca, que chegou a mais de 90 anos, herdeiro dos primeiros que chantaram seus trastes em aquêles locais.

A Casa da Tôrre foi o grande símbolo **permitido** por el-rei. Aquella comunidade tinha a finalidade precípua de defender as terras da corôa, sem descurar da dilatação dos seus próprios domínios, em um nunca acabar de penetrações e **pioneirismos**.

Havia um **quê** de feudal, de monárquico, na projeção da estirpe do velho patriarca, cuja sombra continuou velando pelas terras e gentes dos seus domínios: era o mar das aspas dos rebanhos, era a praça de guerra nos ataques, era o vulto da Casa da Tôrre...

A nosso ver, os estudos da participação da Casa na primeira, como na segunda invasão holandesa, dá novas perspectivas às pesquisas sôbre o efêmero domínio dos batavos na Bahia.

A dinastia dos Ávila cumpriu o seu destino histórico. A Casa e o poder se alçaram em maior porte que os vultos que ali se agitavam.

A vida da Bahia, e com ela a do Brasil, estende-se pelas vicissitudes do período colonial, enquanto a Casa de Garcia d'Ávila continua impertérrita, com os seus paredões a servirem de abrigo e a acenarem com a fidalguia dos seus hospedeiros, tanto na paz, como na guerra, em que sempre permaneciam de atalaia avançada.

Só nas ocasiões em que os brigues forasteiros assediavam a baía, a vigília da Tôrre de Garcia d'Ávila repartia-se com a defesa das costas, mas desde que expulsos os últimos intrusos, a **vocação** do pioneiro estuava novamente e os seus olhos e seus passos voltavam-se para o sertão. Tinha um **quê** de ingênito êsse comportamento.

Eram homens de rija têmpera aquêles, talhados pelos acometimentos do gentio e pela agrestia da terra ainda não arroteada, sempre desejando esgarçar novos horizontes, morrendo e nascendo, diáriamente, no calor das aventuras.

Os sucessos de Nassau, que não foram tantos na Bahia, apesar da espionagem dos traficantes judeus, que negociavam informações com os holandeses, as escaramuças e incidentes próprios de uma "petit histoire", são aí relatados, com as nuanças desejadas.

Há um sonho nas caminhadas sertanistas. A mensidão da terra tirou-lhes a noção das medidas. Tôda a odisséia da ocupação do São Francisco e de boa parte do sertão do Nordeste é retratada nestas páginas, nas quais não faltam, embora em menor escala, a repetição dos feitos monçoeiros do Anhembi, nas águas barracentas do velho rio das gaiolas.

Aliás, do domínio de Garcia d'Ávila e dos seus descendentes, como bem ressalta o prof. Calmon, foi o dos **sertões** e das **águas**. Mais que nos sonhos medievos do feudalismo, os senhores da Tôrre tinham amplas oportunidades, disputando os morgadios às outras Casas, também de grandes limites, e a terra virgem ao gentio assustadiço.

A importância da história da linhagem dos Ávila se acresce ainda, por tratar-se de uma cêpa das primeiras, responsável pelos cruzamentos iniciais, bem como pelo fato de estar integrada no lançamento dos fundamentos de nossa civilização, em suas instituições e na sua delineação jurídica.

O perigo que reside nestas crônicas familiares é o de cair-se no fastio da narração dos intermináveis incidentes domésticos, sem grande repercussão e quase nenhuma interpretação, dando em consequência uma história de **copa e cozinha**. Isto não se verifica com este livro, pois a família retratada, têm as proporções estabelecidas tanto na sua intimidade, quanto na sua extraordinária vida pública.

Assim, o patriarca onipotente, as matronas dos caricatos matriarcais das casas-grandes, os procuradores, aquêles **monarcas das regiões vazias**, no dizer do autor dos fidalgos e peões e de tôda a **familhagem** se agitam nesta história.

Dotes e trocas de títulos, raptos e chacinas, politicalha e espionagem, não faltam nesta narrativa sôbre o velho solar. Autênticos potentados povoaram os sertões, criando vilas e freguesias, arraiais e capelas, pousos e missões, apesar das desinteligências com a Igreja e com o Estado, ainda que prestigiada e **quase temida** por ambos. A Casa da Torre protraiu a sua existência por dilatado espaço de tempo, só não conseguindo manter os seus domínios e prestígio no **espaço** e no **tempo**, menos talvez pela vizinhança incômoda da penetração de novos e poderosos clãs, do que prôpriamente pela rareza de líderes masculinos, que se responsabilizassem por aquela desejada continuidade.

Depois dessa longa, trabalhosa e invejável existência de uma **continuidade familiar** e de um **poder**, é com uma quase melancolia, que vamos notando o seu desmembramento, ao qual não houve a ausência até de uma ponta de tragédia.

O historiador não descurou do cuidado do linhagista em estabelecer os laços da ilustre progênie.

Até a chamada Guerra da Independência, na Bahia, se fêz sentir a influência da Casa da Torre. Essa Casa extraordinária, que chegou com os primeiros, conquistou a terra ao gentio, defendeu-a bravamente dos inimigos de el-rei, na Independência e acabou servindo o Império, foi trissecular. Continuou, na mais alta expressão, o legado que o povo português nos fêz com a instituição social da **família**, por êle transmitida tradicionalmente.

Por todos êsses títulos de interêsse, êste estudo do prof. Pedro Calmon, é com certeza, uma das suas melhores contribuições à historiografia pátria.

**JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA**

\*

\* \* \*

CORTESÃO (Jaime). — **Antecedentes do Tratado de Madri. Jesuítas e Bandeirante no Paraguai, 1703-1751**. Volume VI dos Manuscritos da Coleção de Angelis, introdução, notas e sumário por Jaime Cortesão. Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, 1955. 328 páginas, página 3 Introdução, Sumário contendo a lista dos 51 documentos e rápida exposição

dos seus conteúdos à página 307, índice geográfico à página 319 e onomástico à página 323.

Trata-se de uma coletânea de 51 documentos sôbre temas diversos relacionados com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia. A obra está dividida em cinco secções: I. — As expedições dos jesuítas e os bandeirantes; II. — As missões dos Chiquitos e dos Moxos e os bandeirantes; III. — As missões do Paraguai e os bandeirantes; IV. — Relações entre o Estado espanhol e os portugueses.

Como diz o comentador da coleânea, Prof. Jaime Coresão, à página 3 na sua introdução:

...“um denominador comum enfeixa os 51 documentos dêste volume: de um lado o impulso expansionista dos bandeirantes; do outro o esforço tenacíssimo da Província jesuítica do Paraguai para organizar os aborígenes em reduções e opor-se, com êsse auxílio, ao movimento dos paulistas”.

Os documentos apresentados são fontes preciosas para os estudos daquele período histórico. Como exemplo podemos citar o documento número II — **Relação Duma Viagem no Rio Paraguai Desde Assunção Até Ao Lago Dos Xaraiés, Em 1703-1704, Pelo Padre Francisco de Arce, Redigida em 1713**; ou então o documento número V — **Relação Duma Viagem Para Descobrir O Caminho Desde As Missões Dos Chiquitos Até ao Paraguai, 3 de janeiro de 1705**, e muitos outros dêsse tipo que dão informes para a história da geografia daquelas regiões. Assuntos ligados à Etnografia aparecem em tôda a documentação, podendo ser ressaltado o documento número III — **Relação Duma Viagem De Exploração No Rio Paraguai Com O Fim De Estabelecer Ligação Com As Missões Dos Chiquitos Pelo Padre Bartolomeu Ximenez, 1703**, ou o documento número X — **Suma Das Consultas Celebradas Nos Povos De São Xavier E São Rafael Sôbre A Possibilidade De Reduzir A 3 Os 6 Povos Da Missão Dos Chiquitos**. Um documento muito interessante é o de número VII — **Relação Dos Primeiros Esforços Para A Fundação Da Missão Dos Chiquitos Pelo Padre José Francisco Arce, Nos Anos De 1691 e 1692**, que no dizer do autor à página 309:

...“Nesta interessante relação... se dão informes muito objetivos sôbre a geografia e clima da região habitada por aquêles índios”.

O documento número VIII — **Ordens Para As Missões Dos Chiquitos Feitas Pelo Padre José Paulo de Castanheda, 24 de Agosto de 1704**, é um documento importante para o estudo das obrigações e trabalho dos jesuítas e a conduta exigida pela Ordem perante os indígenas. A série de documentos, XXIV a XLVI, **Introdução, Pelos Bandeirantes, De Indústria Do Tabaco No Paraguai**, nos mostra os esforços do govêrno espanhol para fundar na colônia uma indústria de fumo igual a que havia no Brasil, e a introdução da indústria no Paraguai por dois portugueses contratados para tal fim.

Outros aspectos interessantes da coletânea são os variados informes sôbre as missões existentes naquela época, a sua população e o formidável trabalho dos heróicos e abnegados jesuítas.

A documentação é farta, memoriais, cédulas reais, relatórios, ordens dos governadores sob as mais variadas providências, requerimentos, certificados de compra, etc., etc.

Seria desnecessário ressaltar a valiosa contribuição para o estudo da história das Bandeiras e do trabalho dos jesuitas na América, que representa esta coleção. É uma fonte preciosa que fornece farto material para a realização de novos estudos e também para revisão de muitos aspectos de trabalhos já realizados sobre o assunto.

VIVALDO W. F. DAGLIONE

\*

\* \*

SANTOS FILHO (Lycurgo). — **Uma comunidade rural do Brasil Antigo**. Edição ilustrada. Volume 9 da Coleção “Brasilianna”. Série Grande Formato. Cia. Editôra Nacional. São Paulo, 1956.

Até onde a História de uma família pode interessar à História de um povo ou de uma civilização?

A nosso ver, afóra o necessário restabelecimento do passado histórico, também há a necessidade de requisitar-se a interpretação sociológica, no sentido que lhe empresta a **Escola Histórico-Cultural**. E aqui, então, teremos o que poderíamos chamar de **sociologia doméstica**, para a investigação e interpretação dos fatos internos, a fim de que seja definido o substrato da projeção histórica do grupo familiar, na sua presença e na sua eventual continuidade histórica.

Assim, êsse estudo, que tem ganho cada vez maior número de pesquisadores, terá sua importância presa, principalmente, a dois aspectos: 1.º **interno** — o dos costumes, que poderá explicar o “standard” de uma época do pretérito; 2.º **externo** — a ação social, política, religiosa, econômica, etc., dos integrantes do grupo familiar, ou do próprio grupo em si, na comunidade, na sociedade e na própria civilização.

É óbvio que no primeiro caso, pode interessar o estudo de **qualquer família**, isto é, o estudo de uma família, cuja constituição orgânica, dentro de uma **normalidade**, servirá para caracterizar o **momento histórico**. Já no segundo caso, a família a ser estudada carecerá, principalmente, na sua continuidade histórica, de uma projeção que possa ter influído na modificação e evolução dos fenômenos históricos.

Em ambos os casos, e eles não se confundem, a História terá o seu “campus”, para a reconstituição e compreensão do passado.

Ora, quando ocorre da família constituir-se em **comunidade**, e portanto, passa a encerrar um complexo de organização **espacial e funcional** mais dilatado, então, geralmente, dar-se-á o ênsêjo do estudo de ambos os aspectos: interno e externo, pois a família, no caso, pela sua projeção e continuidade, exigirá que o historiador se atente tanto ao **doméstico** (no sentido interno), quanto ao **social** (no senti-

do externo), pois com **aquê**le poderá chegar, muitas vêzes, a **compreender** o comportamento histórico **neste**, tanto do indivíduo, da pessoa, quanto do grupo.

Esse estudo foi o que empreendeu, embora sem a necessária e desejável amplitude de interpretações, o sr. Lycurgo de Castro Santos Filho, com um exaustivo **levantamento** documental de uma comunidade rurícola do estado da Bahia, nos séculos XVIII e XIX.

Da vida doméstica no Brasil Colonial e em boa parte do Império, no tocante ao meio rural, apenas nos ficaram os flagrantes registrados pelos ilustres visitantes estrangeiros, que nas suas andanças aproveitavam nas casas grandes em busca de pousada, e assim surpreendiam a intimidade patriarcal daqueles solares.

Tirante o prof. Pedro Calmon, que realizou o estudo sôbre a longa trajetória histórica da dinastia de Garcia d'Ávila, cuja progenitura vem de nossos primórdios, os estudos que nos ficaram, nesse sentido, são poucos, obrigando os nossos historiadores e sociólogos às pesquisas de difícil acesso.

Assim é, que os inventários e testamentos, pela ausência ou não conservação dos arquivos familiares, vêm tendo, dia a dia, uma importância cada vez maior. E êste aprêço às formas testamentais, aos anúncios de jornais, aos documentos epistolares, à escrituração de livros comerciais, etc., ganhou impulso, principalmente depois que o prof. Gilberto Freire lançou o seu monumental ensaio (**Casa Grande e Senzala**) sôbre a formação da família brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal, revelando, então, métodos de pesquisas e interpretação quase completamente inéditos e revolucionários em nosso país. Desde **Casa Grande e Senzala**, para gáudio nosso, os ensaístas estão entregues ao vasculho da "**história**" dessas casas e personagens, aparentemente "**sem história**".

O estudo do autor de **História da Medicina no Brasil** acompanha tôda a evolução e revolução de uma comunidade do sertão baiano por mais de um século, atravessando o estabelecimento e consolidação do Império, numa contribuição, que ao lado da dos profs. Pedro Calmon e Wanderley Pinho, dá àquela região um conjunto de estudos, que dificilmente poderemos encontrar em outras regiões do país.

Senhor de grande arquivo, zelosamente conservado pela progênie, o sr. Lycurgo dos Santos Filho, além de espelhar nas páginas de sua obra, com invejável minúcia, a vida interna, os costumes domésticos, e principalmente a gestão do patrimônio familiar, oferece preciosos subsídios, no tocante à atividade econômica da comunidade (comércio, indústria, pecuária, etc.), para os intérpretes dos relatos da vida sertanista. Nesse sentido, muito registro feito pelo autor, pode parecer, à primeira vista, de relativo interêsse, com informações que poderão mais despertar a atenção dos locais ou dos que se enquadram na árvore genealógica da família retratada. Entretanto, todos êsses registros, como as numerosas transcrições, também, guardam, pelos motivos que afirmamos antes, uma importância inestimável para a compreensão da realidade histórica pretérita. O documentário oitocentista que representa êste livro não pode ser desconhecido.

Neste estudo, como aliás salienta o seu autor, acompanha-se, com facilidade, toda a duração da “época do couro” no Nordeste, a que Capistrano se refere nos seus **Capítulos da História Colonial**, pois grande fazenda de criação que foi, o Campo Sêco teve o seu fastígio e a sua decadência.

O ensaio de que estamos tratando mostra os diferentes fatores naturais e circunstanciais, que muitas vezes ao contrário do litoral, atuavam nas comunidades mais interioranas do sertão, onde talvez até o século XVIII, não penetrara, por exemplo, a chamada “cozinha baiana”. Revelações essas, que nos mostram os perigos dos julgamentos de generalização entre o litoral e o sertão, vêzo comum em muitos dos nossos autores.

Essa comunidade mantém-se segregada e distante do litoral, em busca de uma auto-suficiência, que vai aos poucos se perdendo pelas aspirações sociais, econômicas e políticas dos seus senhores.

Entretanto, na sua atividade comercial e bancária, agrícola e industrial, a comunidade se desenvolve e tem os seus grandes dias, resguardados pelas milícias e ordenanças do sertão e marcada, na sua “hegemonia” sobre a região, através das suas “missões” e da “atividade” política dos patriarcas em torno dos “homens bons” das Câmaras de antanho, nas estreitas relações que a fazenda sempre e necessariamente passaria a manter com as vilas.

Essa projeção do nome e da ação dos diversos patriarcas que passaram, em várias gerações, pelas terras do Brejo do Campo Sêco, foi exaustivamente descrita pelo autor, que se baseou em grande parte nos livros de escrituração dos fazendeiros, realizando pesquisas que o levaram quase sempre a esclarecimento completo dos assentamentos ali encontrados. Assim, os habilidosos negros, que aprendiam ofício com os “mestres” do caetité, as suas fugas e castigos ou perseguições pelos capitães-de-mato. A **prodigiosa** medicina caseira, a **moda** com as suas infectíveis novidades vindas do Reino, as modificações de hábitos e costumes, a descrição das baixelas e talheres, das baterias e alfaias, a confecção de iguarias do sertão, os grandes afazeres do patriarca, que iam desde a superior administração da comunidade até a cópia de receitas culinárias tradicionais na família, que ficava sempre a seu cargo (**sic!**), são todos assuntos que o autor tratou com carinho nas suas revelações. Ainda que as pesquisas em sua maior parte se baseassem em livros de escrituração contábil, a revivescência da vida social da comunidade foi tratada a contento, nos seus diversos aspectos, faltando apenas elementos ao autor para a descrição de festas, danças e comemorações, que de fato mais deveriam ter figurado em algum “diário” íntimo, do que no “livro de Razão”.

Nas épocas que a fortuna permitiu, os senhores do Brejo deram-se ao luxo de possuir casas comerciais, que eram representantes ou correspondentes na cidade, para atender as compras, pagamentos, transações e mesadas dos filhos estudantes, etc. E foi ainda sintoma dessa prosperidade de que chegaram a desfrutar aquelas propriedades a construção do sobrado, sobre a qual o autor recolheu um ma-

terial, que lhe permitiu um estudo talvez sem paralelos entre nós, graças ao impressionante acêrvo de documentos e revelações, que vêm em geral corresponder aos estudos do interior e da influência dos sobrados na **Paisagem Brasileira do Século XIX**, tão bem procedidos por Gilberto Freire.

Revelações interessantes também, as que versam sôbre as relações políticas, como por exemplo, nas eleições de 1848, que permitiam ao eleitor votar até 7 vêzes no mesmo candidato... além dos votos fraudulentos, etc.

Não olvidou o autor, dentro da perspectiva de tempo em que se passa a sua narrativa, de lembrar traços de influencição de fatôres, que atuaram sôbre a evolução, flutuação e progresso econômico da propriedade. Apesar de não ter descurado dêsse sincronismo da **parte** com o **todo**, poderia ter havido um estudo de maior integração (no sentido interpretativo) da história da comunidade na “cosmovisão” do Brasil oitocentista, num esquema interpretativo, como os nossos historiadores-sociólogos têm realizado. Mas, êsse cotêjo exigiria, evidentemente, um novo volume e acabaria por fugir à finalidade histórica e de documentário, que o autor imprimiu com tanto êxito a esta sua obra.

Louvamos êsse exaustivo trabalho de pesquisa do dr. Lycurgo dos Santos Filho, que reuniu ao imenso arquivo que compulsou e estudou, o depoimento dos remanescentes da estirpe retratada, além da visitação aos locais da história. Essas e outras muitas qualidades científicas do seu trabalho, confirmaram agora os elogios, que recebera por ocasião do lançamento de sua **História da Medicina no Brasil**.

#### JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

\*

\* \* \*

ARDAO (Maria Júlia) e CASTELLANOS (Aurora Capillas). — “**Bibliografia de Artigas**”. Comision Nacional Archivo Artigas, Tomo II. Primer premio en el concurso organizado por la Comision Nacional Archivo Artigas em 1946. Montevidéu. Impressora Uruguaya S. A. Juncal, 1511-1958. Publicação comemorativa do Centenário da morte de Artigas; Lei de 10 de agôsto de 1950. Brochura com 1004 páginas de texto.

E' uma excelente coletânea dos documentos relacionados direta ou indiretamente com as atos e com a personagem do General Don José Artigas.

Os documentos são citados primeiramente pelos seus títulos, ou na falta dêles pela denominação informativa dada pelas autoras, vindo logo em seguida a informação da sua origem, isto é, artigo de jornal, carta, revistas, livros, fichas, etc., e uma breve exposição sôbre o conteúdo do texto citado.

Êste II volume divide-se em quatro secções:

3.º). — **Articulos historicos y estudios sobre Artigas publicados en la prensa periodica (1846-1946)**, (págs. 1 a 238). 649 artigos.

4.º). — **Hojas sueltas y articulos periodísticos relacionados con Artigas, publicados entre los años 1811 y 1850**, (págs. 239 a 487). 624 documentos.

5.º). — **Informaciones periodísticas relacionadas con la personalidad de Artigas, publicadas entre los años 1850 y 1946**, (págs. 489 a 673). 844 artigos.

6.º). — **Fichas bibliograficas de documentos suscritos por Artigas desde 1797 hasta 1820**, (págs. 675 a 980). 868 fichas.

No final da obra há um índice dividido em quatro partes:

1.º) Índice cronológico das publicações registradas nesta bibliografia.

2.º) Índice das pessoas citadas.

3.º) Índice dos lugares geográficos citados.

4.º) Índice das embarcações.

É uma obra de grande valor para o estudo dos assuntos relacionados com o General Artigas e temas correlatos. Trabalho exaustivo, merecedor do prêmio recebido, indispensável ao estudioso de História Americana.

**VIVALDO W. FLOR DAGLIONE**

\*

\* \*

**BARROSO (Gustavo)**. — **Segredos e revelações da História do Brasil**. Rio de Janeiro, 1958. Edições **O Cruzeiro**. 287 páginas.

A inexistência de um prefácio elucidativo faculta a suposição de que essas crônicas pertençam a uma série, já divulgadas, nas edições semanais da revista **O Cruzeiro** e reunidas em volume pela secção de livros da própria Empresa Gráfica **O Cruzeiro S. A.** Considerando, tanto a popularidade dessa revista, como também a responsabilidade da secção que se intitula: Segredos e revelações da História do Brasil. Mais ainda. As credenciais que acompanham o autor: membro da Academia Brasileira de Letras e Diretor do Museu Nacional, justificam-se alguns comentários sobre a obra em geral e umas poucas crônicas em particular.

Gustavo Barroso, cearense de nascimento, ocupa lugar de relevante destaque nos meios culturais e sociais do país. Seu nome foi projetado além das fronteiras pátrias, através de traduções e versões de justa nomeada para sua fecundidade de escritor. No campo da Historiografia, parece-nos dignas de destaque as seguintes obras: **História Secreta do Brasil**, São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1937-1939, 3 vols.; **Uniformes do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1922; **A Guerra de Lopez**, São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1928; **As Guerras de Flores, Rosas e Artigas**, em volumes separados, editados pela Cia. Editôra Nacional, nos anos de 1929 e 1930; **Nos bastidores da História**, São Paulo, Cia. Melhoramentos,

1958 e **Segredos e revelações da História do Brasil**, o mais recente, que constitui o objeto destas notas. Integra-no 63 crônicas, cujos títulos valem por um teste. Despertam a curiosidade do leitor. Focalizam pormenores relacionados com o passado histórico. Dentre algumas destacamos: “Dois pernambucanos em Alcácer-Quibir”, “O Calabar de Batina”, “A revolta do impôsto do vintém”, “O entrudo e o Zé Pereira”, o “O Monte Cristo Brasileiro”, “Uma guerra maometana no Brasil”, “Príncipe francês surrado na Bahia”. Tôdas elas, sem exceção, escritas com a elegância de linguagem e particularidades marcantes que individualizam e tornam tão atraente os escritos de Gustavo Barroso. Mas, aquêles que conhecem as obras anteriores mencionadas, sentem um certo desapontamento, com uma espécie de repetição de fatos já comentados que deixaram de ser atualizados pelo autor, mediante novos estudos baseados em documentos, capazes de puxá-los dos “bastidores” para o palco para esclarecer o mistério, reduzindo-os às suas devidas proporções. Ainda, crônicas há que clamam por um aditamento, outras por uma elucidação final como exemplo aquela dos “Padroeiros da Bahia” (págs. 62-67). Gustavo Barroso começa colocando o problema do verdadeiro padroeiro da cidade da Bahia. Cita e apresenta os argumentos dos partidários de Santo Antônio de Arguim, das Onze Mil Virgens e de São Francisco Xavier, êste eleito por escrutínio secreto, mediante determinações da Cúria Romana, datadas de 31 de março de 1689. Quanto ao Senhor do Bonfim, que de acôrdo com Vieira Fazenda poderia ser considerado como o padroeiro popular, limita-se a declarar que sua devoção é, na Bahia, muito viva e tradicional.

Quanto à necessidade de um aditamento, lembrar-se-á a crônica intitulada: “A Segunda Filha de D. Pedro II” (págs. 197-200). Muito louvável o intuito de evocar a Princesa D. Leopoldina, que nasceu no Rio de Janeiro a 13 de julho de 1847, foi casada com o Duque Luís Augusto de Saxe Coburgo Gotha e faleceu na Europa, no Castelo de Abenthal, a 7 de fevereiro de 1871.

Estranha-se que em livro editado em 1958, o autor declare textualmente:

“A única pessoa da Casa de Saxe-Coburgo Gotha e Bragança, que pisou terras do Brasil, depois do exílio da Família Imperial, foi D. Teresa Cristina Maria, sua filha, em companhia de seu espôso, no ano de 1938”.

Seria possível que nesses 20 anos (1938-1958), quase uma geração, nenhum outro descendente da segunda filha de D. Pedro II houvesse vindo ao Brasil? Sabe-se que ocorre o contrário. Sabe-se também que o grande público, que tanto se interessa pelas notícias relacionadas com as Casas reinantes ou destronadas da Europa e do Oriente, receberia com justificado interêsse qualquer informação sobre a Família Imperial Brasileira, residente dentro e fora do país. Dada a impossibilidade de analisar, detalhadamente, as 63 crônicas, ficaremos apenas em duas. A primeira é: **A morte de Líbero Badaró** (págs. 131-135).

Como se sabe, nesta capital, no cemitério da Consolação, à rua 17, sepultura 8, em mausoléu patrocinado precipuamente pela colô-

nia italiana em 1889, acham-se os restos mortais de João Batista Libero Badaró. Italiano de nascimento, foi médico, botânico, professor e jornalista. Residiu 4 anos no Brasil, dos quais mais de um nesta cidade, onde prontificou-se a lecionar gratuitamente Geometria, no recém-criado Curso Jurídico. Posteriormente fundou e se responsabilizou pelo jornal **O Observador Constitucional**, cujo 1.º número data de 23 de outubro de 1829. Em consequência de sua atividade jornalística, corajosa e apaixonada, foi assassinado às 22 horas do dia 20 de novembro de 1830, à porta de sua residência, à rua Nova de São José, rua que hoje traz o nome dessa impressionante figura histórica que marcou uma época, podendo ser considerada a primeira vítima do liberalismo no Brasil e mesmo do jornalismo em geral.

Durante mais de um século a morte de Libero Badaró esteve envolta em mistério, “nos Bastidores da História”. Mas a divulgação das notas, cenas baseadas na apresentação de documentos, até então inéditos, por Eugênio Egas, em 1932, esclarece a nosso ver, satisfatória e definitivamente o problema. Referimo-nos aos **Estudos** (sobre Badaró e Jupiaçú) (1). Eugênio Egas — falecido recentemente nesta capital — onde, com aquela acuidade científica que se nota em muitos de seus escritos, depois de sintetizar o que até então se escrevera a respeito do assunto, apresenta uma documentação nova e preciosa, a transcrição dos fatos principais do processo criminal instaurado contra os indigitados assassinos do infeliz liberal que foi brasileiro por adoção. Ainda uma outra prova impressionante: a transcrição e o comentário de um bilhete escrito por Henrique Stock a sua mulher e apreendido pelo guarda Manuel Inácio de Almeida. Como alerta e prova Eugênio Egas esse bilhete não foi copiado no traslado da devassa por não entenderem a língua. E assim decorreram os autos, cuja precipitação, ausência de serenidade e deficiência de provas mesmo os leigos podem constatar.

As conclusões claras e documentadas de Eugênio Egas foram divulgadas em 1932. Publicando ou republicando o seu artigo em 1958, não se justifica que Gustavo Barroso ainda escreva:

“...A verdade é que nada se sabe ao certo sobre essa morte que abalou a opinião paulista em 1830 e muito contribuiu para diminuir o prestígio popular que gozava nosso primeiro Imperador” (págs. 134-135).

Ainda um outro esclarecimento. Logo de início, citando como biógrafos de Badaró, Joaquim Antônio Pinto Júnior e Argemiro do Silveira, Gustavo Barroso declara, textualmente:

“...Não documentaram, porém o que afirmaram”.

Ignoram-se as edições compulsadas pelo autor. Os biógrafos citados, a nosso ver, estão documentados com autoridade... E’ o que os interessados poderão verificar compulsando os trabalhos mencionados, em edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (2), respectivamente de Joaquim Antônio Pinto Júnior, ad-

(1). — Impresso em São Paulo pelas Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, em 1932.

(2). — Vol. 39, pág. 337, 2a. parte; e o vol 53, pág. 309.

vogado paulista, filho do médico de igual nome, que foi quem atendeu o dr. Libero Badaró, quando do ferimento que o matou; e do outro advogado paulista, Argemiro Rodrigues. Acrescentar-se-ia um outro estudo, muito bem documentado, com notas de rodapé realmente criteriosas, publicado por Nicolau Duarte Silva, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (3). Nesse estudo, realmente interessante, o autor escusou-se de apresentar conclusões com uma honestidade que muito recomenda, pois, na época, não eram conhecidas as provas posteriormente divulgadas por Eugênio Egas, a que nos referimos.

Há um outro trecho que precisa ser considerado. Quando Gustavo Barroso dogmatiza:

“...E’ muito curioso um estrangeiro que, sem motivo aparente, vem para o Brasil numa quadra agitada de sua história e aqui mal decorrido um ano de sua chegada, já se acha no ponto de entrar na vida pública nacional e nela atuar como um intérprete da razão, da lei e dos sentimentos. Pergunta-se logicamente que credenciais tinha perante o Brasil que não ajudara nunca a construir, nem a defender, esse italiano para exercer tal mandato?” (pág. 132).

Responder-se-ia, por paralelismo, com a citação de atos louváveis pela dedicação e pelo engrandecimento do Brasil, de italianos, de estrangeiros outros, que podem e devem ser considerados autênticos brasileiros. Especificamente no caso de Libero Badaró, aconselhar-se-á, — caso nos seja permitido — a leitura de declarações do próprio punho, divulgadas em edições do **O Observador Constitucional**, cujos exemplares, hoje raros, podem ser consultados também na Biblioteca do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo e provavelmente na Biblioteca Nacional. No primeiro número, ao expor seu programa, Libero Badaró explicava:

“...a qualidade de estrangeiro nos põe na melhor posição possível para desempenharmos honrosamente e com exatidão a nossa palavra”.

e mais adiante:

“...palavras não faltam ao escritor público, ainda menos fecundo, para louvar; enquanto o dever de censurar torna esteril, penoso e amargoso o seu trabalho”.

De maneira mais incisiva, no número 85, datado de 17 de setembro de 1830, quando avisado por amigos de que sua vida corria perigo, declarou:

“...Muito agradecemos a estes amigos; mas altamente declaramos que não temos o menor medo de semelhantes ameaças. Aconteça o que acontecer, a nossa vereda está marcada e não nos desviaremos d-la: não há força no mundo que nos possa fazer dobrar, senão a da razão, da justiça e da lei. Estamos em face do Brasil e para servi-lo daremos por bem empregada a vida; qualquer atentado lhe será imputado e figurará com um crime a mais, sem que isso acabe com os públicos escritores”.

Estas e outras foram as declarações de um jornalista estrangeiro. Liberal, assassinado covardemente por amor aos seus ideais e que morreu perdendo aos seus assassinos.

(3). — Vol. 28, pág. 165.

Uma última observação. Gustavo Barroso declarou (pág. 133) que o único crime do dr. Cândido Ladislau Jupiaçú foi o de ameaçar de morte os liberais que haviam iluminado as fachadas de suas casas, quando os revolucionários derrubaram, em 1830, os Bourbons em França. Entretanto a leitura serena e desapaixonada da **Carta**, do então ouvidor em São Paulo ao seu pai, Cel. João Ladislau de Figueiredo e Melo — também transcrita por Eugênio Egas, a propósito dos acontecimentos em que se viu envolvido em São Paulo — poderia levar Gustavo Barroso a reconsiderar mais êsse parágrafo da crônica que escreveu sobre Libero Badaró, divulgada recentemente.

Uma outra crônica — **A pesca da baleia no Rio de Janeiro** (págs. 77-79), justificaria, entre outras, as considerações seguintes: o próprio título, que o texto contradiz, pois, afirmando, de um modo geral que:

“...as baleias austrais freqüentavam seguidamente as águas territoriais brasileiras, de junho a outubro...” (pág. 77).

Já na página seguinte menciona apenas “as pescarias de baleias no Rio e na Bahia”. Antes de conceituar, “armação” lembra a ponta da Armação em Niterói, afirmando que: “perto da capital da Bahia, há também uma Armação”.

Referir-se-ia à Ponta da Armação das Baleias na ilha de Itaparica? Ou à armação de Itapoã, no continente, ao norte do Forte de Santo Antônio da Barra? Ora, não se pode limitar a pesca da baleia aos litorais fluminense e baiano, pois havia armações também aparelhadas em determinados pontos do litoral paulista e santa-catarinense (São Sebastião, Bertiooga, Praia Grande, Bom Abrigo e Piedade, Lagoinha, Itapocoróia, Guarupaba, Imbituba). Quanto ao litoral nordestino, sabe-se de uma armação no litoral pernambucano, que funcionou, como as demais, nos primórdios do século XVIII. De algumas delas restam venerandas ruínas que estão clamando por uma imediata preservação, de quem de direito, pois representam uma das tradições econômicas de nosso passado colonial.

Ainda uma outra observação. Ao informar que:

“...em 1801 o Governo resolveu não pôr mais em hasta pública o contrato da pesca da baleia e produção de azeite” (pág. 78).

Parece-nos que seria mais apropriado divulgar que, pelo Alvará de 24 de abril de 1801 ficou extinto o monopólio da pesca às baleias, em águas brasileiras, até então privilégio exclusivo da Corôa portuguesa.

Um último comentário. Ao localizar e descrever um painel sobre a pesca da baleia na baía da Guanabara, afirma, encerrando a crônica:

“...Os pormenores desse quadro são fidelísimos, apesar da ingenuidade de sua técnica de execução. Nenhum documento, porém, da pesca de baleias no Rio de Janeiro, pôde superá-lo” (pág. 79).

Quanto à primeira parte, não há restrições. E' voz corrente, como muito oportunamente lembrou Gustavo Barroso, que o valioso qua-

dro foi pintado por Leandro Joaquim que, vivendo no século XVIII, provavelmente testemunhou não apenas o aparecimento, como também a pesca e conseqüentemente o aproveitamento industrial da baleia, em águas guanabarinas. Mas não se pode concordar com a categórica afirmação da segunda parte. Nenhum documento, parece-nos expressão vaga e imprecisa. Quando se considera o sentido do próprio termo: Documento — **documentum** — do verbo “docere”, ensinar, mostrar, etc. Dir-se-ia que houve abstenção de — epigráfico. Pois “Documento epigráfico”, tolera-se pelo fato do painel mostrar um episódio da pesca da baleia, captado pela sensibilidade artística de mestre Leandro Joaquim.

Documento epigráfico que, a nosso ver, poderia ser considerado apenas como fonte secundária, porquanto em repartições especializadas, de caráter público ou particular, seja entre outras o Arquivo Nacional, onde existe uma volumosa documentação, em grande parte inédita, que pode e deve ser considerada como fonte fundamental ou primária, a respeito do aproveitamento industrial que houve em nosso passado colonial dêsse interessante mamífero aquático, que os ameríndios chamavam de Pirapoã.

**MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES**